

**FUNDAÇÃO GETULIO VARGAS  
CENTRO DE PESQUISA E DOCUMENTAÇÃO DE HISTÓRIA CONTEMPORÂNEA  
DO BRASIL (CPDOC)**

Proibida a publicação no todo ou em parte; permitida a citação. A citação deve ser fiel à gravação, com indicação de fonte conforme abaixo.

ANDRADE , Henrique Oswaldo de. Henrique Oswaldo de Andrade (depoimento, 2005). Rio de Janeiro, CPDOC/Fundação Getulio Vargas (FGV), (1h 20min).

Esta entrevista foi realizada na vigência do convênio entre CONSELHO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO CIENTÍFICO E TECNOLÓGICO (CNPQ). É obrigatório o crédito às instituições mencionadas.

**Henrique Oswaldo de Andrade  
(depoimento, 2005)**

Rio de Janeiro

2018



### ***Ficha Técnica***

***Tipo de entrevista:*** Temática

***Entrevistador(es):*** Lia Calabre de Azevedo; Lúcia Lippi Oliveira;

***Técnico de gravação:*** Clodomir Oliveira Gomes; Fernando Acar;

***Local:*** Brasília - DF - Brasil;

***Data:*** 07/04/2005 a 07/04/2005

***Duração:*** 1h 20min

Arquivo digital - áudio: 4; Fita cassete: 2;

Entrevista realizada no contexto do projeto “Cidadania cultural e políticas públicas no regime militar”, em convênio com a Fundação Carlos Chagas Filho de Amparo à Pesquisa do Rio de Janeiro (Faperj) e financiamento do Programa de Apoio a Núcleos de Excelência (Pronex), desde janeiro de 2004. O projeto investe no estudo das relações entre Estado e cultura, pretendendo analisar o modo e os caminhos pelos quais o Estado Brasileiro, particularmente entre as décadas de 1960 e 1980, atuou no campo da cultura, criando, divulgando e incentivando o consumo de bens culturais como forma de inclusão social.

***Temas:*** Alemanha; Aloísio Sérgio Barbosa Magalhães; Arqueologia; Banco Nacional de Habitação; Caixa Econômica Federal; Conselho Federal de Cultura; Conselho Federal de Educação; Conselho Nacional de Cultura; Cooperação internacional; Cultura; Cultura brasileira; Cultura popular; Desenvolvimento cultural; Economia; Embrafilme; EMBRATUR; Família; Folclore; Formação acadêmica; Fundação Nacional de Artes (Funarte); Fundação Nacional Pró-Memória; Governo Fernando Collor (1990-1992); Henrique Oswald de Andrade; Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN); João Paulo dos Reis Velloso; José Aparecido de Oliveira; Ministério da Cultura; Ministério da Educação; Ministério da Educação e Cultura; Ministério da Habitação, Urbanismo e Meio Ambiente; Ministério do Planejamento; Patrimônio cultural; Patrimônio documental; Patrimônio histórico; Patrimônio público; Planejamento urbano; Política cultural; Política habitacional; Políticas públicas; Preservação e Conservação de Documentos; Projetos culturais; Projetos sociais; Secretaria de Planejamento da Presidência da República; Tancredo de Almeida Neves; UNESCO; Urbanismo;

## *Sumário*

Entrevista: 07.04.2005

Arquivo 1: Considerações sobre a origem familiar e formação acadêmica; comentários a respeito do Programa de Reconstrução de Cidades Históricas do ministro João Paulo dos Reis Velloso: a intenção do programa, o funcionamento em associação com o Iphan e a experiência de coordenação do entrevistado; menção aos projetos paralelos do Ministério do Planejamento para qualificação profissional na área cultural; considerações acerca do contexto de construção do Programa de Cidades Históricas: preparação dos profissionais e investimentos econômicos; menção aos conflitos institucionais e as dificuldades da instauração do programa: funcionamento burocrático e investimentos econômicos; considerações sobre a expansão do Programa de Cidades Históricas e a criação de programas estaduais; comentários acerca da imagem do Iphan como referência dos projetos de restauração patrimonial; menção à importância do Programa de Cidades Históricas para a institucionalização dos órgãos patrimoniais no contexto do Governo Collor; considerações acerca do financiamento dos projetos de desenvolvimento urbano; comentários sobre a associação com as faculdades locais como fontes de profissionais especializados e projetos de reconstrução; observações a respeito da participação de Héctor Arena como elo entre Unesco e Iphan para aprovação do projeto de consultoria internacional: profissionais participantes e o procedimento da cooperação internacional; comentários sobre o nascimento do Cecor (Centro de Conservação e Restauração de Bens Culturais) com o apoio de Héctor Arena; menção à maleabilidade de atuação do Iphan enquanto financiador e desenvolvedor de projetos: intercâmbio acadêmico e profissional e a participação da Embratur; a transferência do Programa de Cidades Históricas do interior da Secretaria de Planejamento para o Iphan; comentários sobre a relação do programa com o Conselho Nacional de Referência Cultural (CNRC) e a criação de diferentes programas dentro da Fundação Pró-Memória; comentários sobre os projetos de integração entre as diferentes secretarias do MEC representando e alianças entre órgãos culturais.

Arquivo 2: Considerações sobre a questão orçamentária do Programa após a transferência para o Iphan e a criação da Fundação Pró-Memória; comentários acerca da gestão de Aloísio Magalhães frente ao Ministério da Educação; considerações a respeito dos projetos apresentados ao Patrimônio Mundial; menção à participação da Unesco no financiamento dos cursos e projetos culturais internacionais; breve comentário a respeito do Brasil como referência acadêmica da área cultural; considerações sobre o programa social de restauração de casas residenciais em parceria com o Banco Nacional de Habitação (BNH); observações acerca da criação do Ministério da Cultura: distribuição de cargos, a participação de José Aparecido de Oliveira e a transferência do entrevistado para o Ministério do Desenvolvimento Urbano; observações acerca do Programa de Obras de Emergência para a proteção residencial e patrimonial: construção e desenvolvimento do programa; comentários a respeito da relação do Iphan com o compromisso ambiental e social: projetos de reconstrução da paisagem em parceria com a Caixa Econômica Federal; observações sobre nomes importantes do campo cultural e dos órgãos de proteção ao patrimônio; breve comentário acerca da atividade profissional de Silva Telles; considerações a respeito do trabalho de conservação da memória da restauração das obras; comentários a respeito da revista desenvolvida pelo Ministério do Planejamento sobre o Programa de Cidades Históricas, sendo uma forma de registro importante do funcionamento do Iphan e dos projetos; breve comentário sobre a performance

do Programa analisada através do Grafi, instrumento da Secretaria de Planejamento; considerações sobre o engajamento do Iphan a respeito do plano urbano: o projeto de cooperação Brasil-Alemanha para conhecer os programas de restauração no país europeu; observações sobre a importância da associação do Programa de Cidades Históricas com a CNPU (Comissão de Política Urbana) e com profissionais da área.

*Entrevista: 07.04.2005*

Lúcia Lippi – Bom, poderíamos começar, antes de entrar propriamente no assunto... que você falasse um pouquinho da sua formação – sabemos que você, originalmente, é economista – e como é que se deu essa... O economista entrando nessa área.

Henrique de Andrade – Na verdade, hoje... Eu já fui economista. Eu me formei... Sou especialista em generalidades, como dizem. Na realidade, eu comecei até pensando que eu ia ser engenheiro. Mas, por uma circunstância da vida, acabou que eu fui tomar conta da fazenda do meu pai e durante dois anos eu fiquei na fazenda, com uma bela biblioteca, com uma série de livros, uma série de coisas, e comecei a me interessar muito por problemas sociais. Naquela época, foi um pouco antes de... foi em 59 ou 60, por aí, papai vendeu a fazenda e eu, em vez de voltar – porque tinha tentado engenharia –, em vez de voltar, eu fui à escola, para dar uma conversada lá sobre um problema que um amigo precisava, e peguei o currículo e falei: "Não, é isso aqui que eu quero." E entrei. E durante todo esse período convivendo na época com, a sociologia estava junto, política pública e tudo isso. Aí me formei em Economia.

Lia Calabre – Por onde?

H.A. – Pela Faculdade de Minas Gerais. Pela Face. Numa época que tinha um bando de gente de primeira linha: Paulo Haddad, Fernando Reis, o Élcio Costa Couto, esse povo todo. Bom, coincidentemente, aí é um problema de família... Meu pai é nascido em Diamantina e minha mãe foi criada em Ouro Preto. Então, toda a minha história foi, passando férias ou trabalhando, sempre estando presente nessa área histórica. E, dentro de Belo Horizonte, com um grupo de amigos que... pessoas ligadas à arte etc. Então, sempre convivi nessa parte. Então, não porque a Economia gerou ou não gerou mas por uma circunstância. Eu fui diretor do Banco de Crédito Real num momento em que de repente eu descobri que tinha uma agência em Diamantina, aí nós fizemos a restauração de um prédio para a agência. Então, eu comecei a... Eu me envolvi muito nessa história, mas assim, pontualmente, por gosto, hobby, não é? Depois a gente até fala, porque a gente conseguiu a melhor situação do mundo porque o meu trabalho era o meu hobby, sempre foi, trabalhar na área.

Aí eu vim para Brasília, a convite do ministro Velloso, para trabalhar com ele e com alguns mineiros que ele buscou nessa época. E aí, por uma circunstância também, o Élcio Costa Couto, que era o secretário-geral do ministério, me chamou um dia e falou assim: "O Velloso precisa de uma ajuda para dar uma olhada e para fazer uma avaliação de um programa que ele tem aqui, de fornecimento de recursos para o Iphan e para os estados e municípios", que estavam interessados, principalmente do Nordeste, interessados em restaurar prédios. E eles criaram uma circunstância, num programa chamado Fundo de Desenvolvimento de Programas Integrados. Ele criou, dentro disso, um programa que chamava Programa de Reconstrução de Cidades Históricas para sua Utilização para Fins Turísticos. Foi a forma que eles encontraram de, na Economia, numa Secretaria de Planejamento, tratar um assunto de cultura, que não era uma coisa que se tratava normalmente.

L.L. – O João Paulo dos Reis Velloso é que tinha essa ideia?

H.A. – É. O Velloso fez uma visita a Recife e resolveu ir visitar Olinda e quem o acompanhou foi o Airton Carvalho, que era o grande mestre da Região Nordeste do Patrimônio – foi da

regional durante muito tempo – e ele é que acompanhou o Velloso. E mostrou ao Velloso Olinda que, com o problema do convento, o deslizamento, aqueles problemas de deslizamento por lá, o estado de calamidade que estava a Igreja da Sé, os dois prédios do convento... E o Velloso ficou sensibilizado, voltou para cá e procurou uma pessoa que trabalhava com ele, chamada Vituri, que era um secretário ou coordenador, eu não me lembro exatamente o cargo, e falou assim: "Nós temos de resolver um problema de dar dinheiro para esse povo. Então, vamos fazer um programa para o Nordeste." E criaram então um programa, por uma exposição de motivos ou uma portaria, e alocaram recurso. Com a condição de que o Iphan recebesse 20% desses recursos para se modernizar.

Então, era um programa de fortalecimento institucional do Iphan, e que eles só receberiam esse dinheiro para poder aplicar nos seus próprios projetos, que eram projetos de prédios, como foi o Mosteiro de São Bento, no Rio, prédios que são tombados pelo Patrimônio Federal e que eram tão particulares que eram feitas as obras por administração direta, feito pelo Iphan. Mas eles só poderiam receber esse dinheiro se eles fizessem um processo de modernização interna. Mudar. Era uma autarquia, um fundo ligado ao MEC, e era o agente técnico do programa. Obviamente, nada se faria sem o próprio Iphan. Só que o programa conseguiu financiar, de 73 a 74 e início de 75, dois ou três prédios. Foi um prédio em Natal, uma casa de cadeia, de Pernambuco, de Recife... Enfim, eu não me lembro de cabeça agora. E o Velloso estava preocupado com isso. E quando o Élcio me chamou ele falou assim: "É preciso que você me ajude a avaliar. Você vai conversar com o Velloso sobre isso e você faça como você achar melhor. Avalia esse projeto, avalia o problema e esse projeto e veja o que fazer para que isso deslanche." Então, ele me chamou e me disse: "A coordenação é sua." Eu ocupava uma função de assessor especial dele, assessor especial do Conselho de Desenvolvimento Econômico. Ou seja, o Velloso era o secretário do Conselho, Geisel o presidia... Tinha dois conselhos, um social e outro econômico, não é? E eu trabalhava numa assessoria em que éramos quatro assessores. Então, a gente tinha um tempo de estudos, de pesquisa de outras coisas e que eu incorporei isso. Porque, de certa forma, eu estava com o irmão dele na Secretaria de Articulação com Estados e Municípios, com o Antônio Augusto Velloso.

Eu fiz essa avaliação da seguinte forma: eu convoquei uma pessoa do Iphan, que foi o Augusto Silva Telles, uma pessoa da Embratur, que foi o... já vou lembrar... E convidei uma pessoa da minha confiança, que é um historiador de Belo Horizonte – na verdade, ele tem curso de cinema, é advogado e é historiador – que é uma pessoa que fez muitos trabalhos com a Fundação João Pinheiro, e a gente até continuou durante muito tempo, sobre a área histórica de Minas Gerais. Eu o convidei como assessor, para dar uma ajuda nisso aí. E a gente fez. Criou-se um grupo, formalmente...

L.L. – Você não disse o nome desse historiador.

H.A. – Luiz Gonzaga Teixeira. É, o Luiz é que ajudou. Acabou que passou esse programa e ele até... a gente trabalhou em outras coisas lá mas ele ficou um pouco mais afastado. Eu pensei que ele fosse se envolver mais, mas ele tinha outros problemas para resolver.

Então, o que aconteceu aí é que a gente... Na análise, o que saltou à vista logo de cara é, primeiro, falta de pessoal formado com especialização nessa área. O Iphan tinha pouca gente e, fora do Iphan, raríssimas eram as pessoas que tinham se dedicado a isso na escola e tal. Tinham algumas pessoas da universidade que davam aula etc., mas estavam localizadas em outras áreas e não nos órgãos. Não havia nenhuma assim... Extensivamente, não existiam instituições voltadas para esse trabalho. Você tinha uma área de cultura numa secretaria, junto

de turismo, de um modo geral, alguma junto de educação, mas nenhuma instituição voltada para isso.

E, outra coisa, não existia projeto. Você tinha os prédios, o desejo, mas não existia projeto e não sabia quem podia fazer aquilo. Identificamos outros problemas, obviamente, que eram operacionais inclusive. E aí a gente fez um arrazoado grande. Não havia critério de seleção dos projetos e não havia também... Já que era uma coisa que se pretendia para fins turísticos, era importante que você não tivesse um prédio aqui e outro ali, que você fizesse alguns roteiros nos estados. Então, era necessário que cada estado tivesse um planejamento das restaurações.

Constatou-se também, isso já era uma coisa que o Iphan estava preocupado, que as obras que eram feitas normalmente eram refeitas tempos depois. Porque restaurava, não tinha manutenção... Então, era uma coisa que... O uso tinha que ocorrer para que eles fossem mantidos. Só que alguns que tiveram o uso não tiveram manutenção porque não tinha dinheiro futuro. Então, a gente listou... Eu estou lembrando de cabeça algumas coisas mas são coisas desse tipo que estavam acontecendo. E o programa não deslanchava por causa disso.

Obviamente, o problema do uso é posterior, mas constatou-se que, em outros casos, o uso era fundamental que você tivesse, para que alguém mantivesse aquilo de alguma forma, não é? Seja para que uso fosse. E outro lado que a gente viu é que a tentativa normalmente era assim: "Vamos fazer um centro de cultura." Em qualquer prédio. "Vamos fazer um centro de cultura". Ou: "Vamos fazer um museu de artesanato". Era pouco criativo, do ponto de vista de como você utilizar os prédios.

Então, esse relatório ficou pronto e, em 1975, a gente fez um documento que era uma portaria do ministro. Na realidade, ele levou isso à aprovação. Era uma portaria dele, onde ele criava uma coordenação, onde tinha a Embratur, tinha o Iphan e a Secretaria de Planejamento da Presidência, que coordenaria essas ações. Estabelecemos um critério, critério de enquadramento etc. Tem um texto aí, eu não sei se é melhor depois vocês terem isso do que a gente estar... Eu posso mencionar uma coisa ou outra. Mas esse texto ele pensou, desde o início... Tem um diagnóstico feito e... E esse texto trata desses assuntos de uma forma muito mais abrangente, buscando o planejamento, buscando uma preocupação na questão do uso etc. E, mais do que tudo isso, de alguma forma ele determinou, logo no início, e depois isso foi uma obrigatoriedade para receber recursos, que os estados tivessem uma instituição voltada para isso, especializada. Ou seja, já havia em Minas Gerais, que não estava no programa nessa época, com o Iepha, que é o Iphan local, Pernambuco tinha um início desse trabalho, a Bahia já tinha um programa, no Pelourinho, não era do estado como um todo, que é o Ipac, que é o Instituto do Patrimônio Cultural da Bahia, que cuidou do Pelourinho. Mas a gente pôs como condição.

Então, eu acho que cabe um parêntese aí, o seguinte: todo mundo dizia: "Ah, o Programa de Cidades Históricas, o programa fez, o programa aconteceu." Na realidade, o que programa fez foi criar um modelo de gestão voltado, primeiro, à união de esforços de estado, município e União Federal, à formação de pessoal e à indução, por força de ter um dinheiro que eu não dou se vocês não fizerem, de criar um processo de planejamento e de seleção. Ou seja, olhar o conjunto de prédios, que não precisavam ser tombados só pelo Governo Federal, você podia financiar um prédio tombado pelo município. E muitos municípios criaram sua própria legislação por isso. Como criaram instituições locais. Olinda tem, por exemplo. E o que o programa fez foi, de alguma forma, criar condições para que isso acontecesse. Quer dizer, você tem um dinheiro que você repassa, mediante um convênio de repasse de recursos, com um compromisso de prestação de contas, onde também tinha um compromisso de que,



concluída a obra, ele seria ocupado por aquele tipo de atividade para a qual ele foi restaurado e que o governo local garantiria a verba de manutenção.

Isso foi, vamos dizer, o conjunto inicial. Paralelamente, a gente falou assim: "Como formar pessoal?" Então, o programa, se você depois ler esse documento com calma, você vai ver... O pessoal gozava muito dizendo assim: "aquele tal daquele documento amarelo". Porque, na realidade, isso aqui é uma folhinha que saiu dentro de uma revista, que é uma revista de planejamento e desenvolvimento, mas que, em quatro vezes, eles fizeram uma publicação sobre o que era o programa, está certo? Era o Programa Barroco do Nordeste e tal. Então, esse aqui saiu junto da segunda publicação, que é essa aqui que já dá título de capa etc. E depois um terceiro, mais para frente, que também está. E esse foi um documento especial, em francês e português, que nós levamos para a Unesco. Esse aqui eu até tentei arranjar cópia para vocês. Tem no Iphan, depois a gente pega. Existe até uma separata. Esse encarte que está aqui tem uma separata da revista. Esse aqui foi um inteiro que foi distribuído em uma reunião da Unesco. Depois eu vou mostrar e a gente pode tentar uma cópia para vocês e tudo. Nesse caso aqui, esse encarte aqui existe separado. Está vendo? Esse encarte aqui foi colocado dentro da revista.

Então isso virou um programa, vamos dizer, muito atrativo e um processo muito atrativo. Muito simpático do ponto de vista até da própria atividade de uma Secretaria de Planejamento. E, curiosamente, os dois primeiros planos de desenvolvimento econômico, o PND I e o PND II, têm um artigo específico dizendo que é programa prioritário do governo a restauração, a preservação de bens culturais brasileiros etc. Coisa que nunca se pensou nisso, uma Secretaria de Planejamento ou um Ministério do Planejamento, cuidando de área econômica, que estivesse preocupado com isso.

Só que por trás disso tinha outras coisas. Cada vez que se pedia dinheiro o que nós fazíamos era dizer assim: "Aquela obra, durante a sua restauração, ela manteve pessoas empregadas a um custo de x reais por pessoa." Comparando isso com a Sudene, era um quinto ou um sexto ou um oitavo de você criar um emprego. Com a vantagem de que aquilo gerava, posteriormente, pessoas empregadas, fluxo turístico e ocupação hoteleira. Então, a gente começou a criar indicadores para justificar... a gente conseguir recursos e lutar com a saúde, com a agricultura etc. naqueles programas que a Secretaria de Planejamento tinha. Ou seja, conseguir dinheiro dizendo que o programa tinha uma repercussão econômica muito importante. Além de, o que era para nós o mais importante, obviamente, a preservação do patrimônio.

L.L. – É interessante isso porque... Então, o Iphan estava junto, não é?

H.A. – Não houve nada que se fizesse sem o Iphan. Nenhum programa.

L.L. – A gente leu sobre o assunto e fala-se como se fosse paralelo.

H.A. – O que aconteceu? Vamos falar então sobre a relação com o Iphan. Essa coordenação, a gente tinha, no início, duas pessoas. E depois tivemos quatro. Quer dizer, na realidade, a gente geriu esse projeto com cinco pessoas, dentro da Secretaria de Planejamento. Se você pegar o Monumenta, que tem... Eu fiz até uma comparação uma vez, os objetivos do Monumenta e os objetivos do programa são os mesmos. São os mesmos. Só que ele é mais segmentado. O Monumenta tem as cidades e nós estávamos trabalhando na coisa um pouco mais esparsa. E o fortalecimento institucional, está tudo aí. Só que o Monumenta tem sei lá quantas pessoas trabalhando na área central, não é? Porque tem o problema do BID etc. e tal, é muito mais caro.

Mas, se você pegar hoje, é uma forma de encarar o problema que nós até analisamos. Porque tinha o programa de Cuzco, do BID, tinha o programa de Cuba, do BID. A gente chegou a fazer até um projeto e conseguimos a aprovação inclusive do projeto no BID. O Banco Mundial quis mas o BID chegou primeiro. E o Velloso saiu no momento em que eles vieram com a missão para poder ajustar o contrato de financiamento. Aí o Simonsen procurou a lista dos projetos a serem financiados e ele disse que aquilo ele preferia fazer com recursos nacionais. Então, o programa realmente não teve uma injeção externa porque o Velloso saiu.

Mas, voltando, a relação inicial, trazer o Silva Telles... E a gente negociou isso. Eu não o conhecia. A gente negociou isso porque ele era, na época, a pessoa mais influente junto ao Soeiro, que era o diretor do Patrimônio, e era, vamos dizer, o guru de todo mundo formado na escola e no Brasil inteiro e todos os regionais tinham o maior respeito. E ele inclusive dirigia o departamento que cuidava de restauração. O início disso, quando a gente começou a trabalhar, gerou uma coisa assim: "Estamos sendo invadidos." Embora qualquer processo que passasse pelo programa, mesmo antes de eu começar, ele tinha que ter a aprovação do Iphan local pelo menos. O projeto de restauração tinha que ter porque isso inclusive é legal. Mas, quando a gente começou a discutir com eles a questão da reforma interna e o início de um processo de revitalização, o pessoal se sentiu invadido. Então, a gente ficou muito preocupado com isso. E eu não sabia como é que eu resolveria isso facilmente. E eu procurei a Semor, a Secretaria de Modernização e Reforma Administrativa, que era da Seplan, que trabalhava nessa parte de modernização etc. Era o [Wallace Mitrot], falecido no ano passado, uma pessoa excepcional, e ele falou assim: "Não, vamos fazer o seguinte, eu vou ajudá-los como reforma organizacional." Então, a Secretaria de Modernização e Reforma... e Organização... É, e Organização. Semor. Ele destacou uma pessoa para fazer uma pesquisa, para conhecer melhor o Iphan para que a gente pudesse saber como é que a gente chegaria lá. E esse rapaz, que chama William [inaudível], é um rapaz muito interessante, e ele foi e entrevistou muita gente. Esse é um documento que eu estou tentando recuperar agora porque é maravilhoso. Porque ele conversou assim, com cada um. Chegou lá no Rio... Ele conta casos do tipo: ele chegou, sentou lá com uma pessoa e falou: "O que você faz aqui?" "Eu faço isso assim, assim, dou parecer etc." "Mas e o senhor trabalha aqui há muito tempo? Onde é que o senhor trabalhava antes?" Ele falou: "Eu nunca trabalhei em lugar nenhum. Eu trabalho aqui há..." "Ah, é? E o senhor vai aposentar?" Ele falou: "Não, eu já sou aposentado." "Mas como já é aposentado? E continua trabalhando?" Ele falou: "Continuo." Aí ele descobriu que pessoas que trabalhavam no Iphan aposentavam e voltavam para a sua própria mesa e continuavam dando parecer e alguém assinava. Uma vez por ano ele ia lá no sr. Augusto, acho que era Augusto o nome do diretor administrativo, e dizia: "Eu vou estar em férias esse mês, por favor. Eu não estarei aqui." Então, tem coisas na instituição que estão registradas nesse relatório que são um primor, está certo? O Lúcio Costa, por exemplo, foi entrevistado, o Carlos Drummond ia lá, para poder fazer suas pesquisas na biblioteca. Era um negócio muito interessante.

Desse relatório a gente então descobriu que precisávamos ter alguém de alguma instituição que não fosse passível de uma dúvida com relação a eles. Como o Iphan tinha um conselho e esse conselho tinha gente de vários órgãos da área cultural, não sei como a gente descobriu que o Irapuan, que estava na Casa de Rui Barbosa, estava saindo para fazer um mestrado. E eu bati lá na porta dele, num dia que ele estava brigando com... Eu me lembro direitinho, ele estava brigando com o pessoal das divisórias que ele tinha contratado para aquele prédio ali de trás, dizia que não pagava e estava executando porque não fizeram... Bom, mas fui conversar com ele e falei assim: "Irapuan, olha, eu estou te conhecendo agora mas a gente chegou à conclusão que você é o homem para ser o nosso chefe de um projeto dentro do Iphan.

Nós já acertamos com a Fundação Getúlio Vargas, você é originário de lá, e eles vão fazer um convênio, eles vão oferecer pessoal, e nós queremos uma pessoa para liderar esse processo. E você é de lá e eu sei que você está saindo." Ele falou: "Nossa Senhora! Como é que eu faço isso? Eu já arrumei a minha vida para fazer o meu mestrado." Eu falei: "Olha, pensa nisso mas precisa. Por vários motivos, porque você tem o respeito deles, porque você é Casa Rui, você conhece todo mundo e você conversa com eles todo dia. E, se eu for ou qualquer um de nós for entrar lá dentro, vão falar assim, 'esse economista idiota que vai chegar aí', ou qualquer coisa desse tipo e vai ter muito mais resistência. E a gente não pode correr esse risco." E ele pensou uns dois ou três dias, me ligou e falou assim: "Eu estou topando." "Então, vamos começar." Aí levou o Armando Cunha... Enfim, foram algumas pessoas e começaram a trabalhar nesse processo.

Quando eles fizeram isso, nós então solicitamos a liberação do início de parcela de dinheiro para o Iphan, considerando que eles já tinham começado o processo de reforma. Então, quando esse dinheiro começou a entrar, o que aconteceu? Todo o orçamento do Iphan, que era nada, não tinham mais dinheiro – eram 20 milhões eu acho, na primeira [inaudível] – eles não tinham nada no Brasil inteiro, isso foi para o Nordeste. E eles pegaram todo o dinheiro orçamentário e aplicaram em outros lugares. Quando isso começou a entrar lá, os regionais começaram a falar: "Temos coisa que fazer". E com isso, não só... O Augusto já tinha comprado isso tranquilamente. O Silva Telles é uma pessoa excepcional e é... Enfim, eu falo com ele e com a Eliane que, se eu tivesse que de novo que escolher meus pais, eles seriam, os dois seriam meus pais. E aí o pessoal começou com essa. E nós começamos a acreditar nos regionais. E eles entusiasmados, "como é que funciona isso e tal." Explicando como é que funcionava, como é que funcionava o repasse de dinheiro, como é que funcionava o trabalho deles com o estado etc. E começamos a fazer um trabalho de mostrar como é que isso seria montado.

Internamente, a gente começou a *manualizar*. Fizemos um manual de obra, durante um certo período a gente trabalhou nisso, e fizemos um manual de operação, para a montagem dos programas estaduais. Então, todos os anos os estados teriam que montar uma proposta de programa para que eles pudessem receber o dinheiro. Então, eles punham lá o roteiro. Bahia, Cachoeira, enfim, entrando pelo Recôncavo, era um roteiro. O outro roteiro era São Francisco do Conde indo para não sei para onde. Ou então lá em Pernambuco, entrando pelo interior de Pernambuco, ou pegando São Cristóvão e Laranjeiras, Marechal Deodoro e Penedo, está certo? Uma coisa assim. Eram roteiros turísticos que você poderia induzir que eles se formassem e, a partir daí, as coisas poderiam gerar recursos. Então, o estado começou a apresentar um programa anual para poder se candidatar. Então, a gente via aquilo, refugávamos algumas coisas, voltava etc. Então, eles se acostumaram a montar um programa, ao longo disso. Recife...

L.L. – Aí é estado mesmo. Ou é estado e município?

H.A. – Estado. Estado primeiro. Obviamente, alguns municípios se candidataram e começaram a receber dinheiro, quando tinham uma instituição. Olinda recebeu, Salvador recebeu. Quando tinha a instituição. Quando não, o próprio estado poderia dizer: "O prédio é da prefeitura, ela dá tanto e eu dou tanto." E a gente exigia 20% de contrapartida. Porque um dinheiro só do Governo Federal não gerava um esforço, e o compromisso de manutenção, de uso etc. Então, qual era o processo? O estado, no princípio do ano ou no fim do ano, apresentava os programas... Primeiro, o projeto isolado. E eu não falei ainda no treinamento, mas eu volto lá. Eu estou dando uma seqüência até chegar aonde nós queríamos. Eles apresentavam um programa, quer dizer, nós conseguimos chegar nesse ponto, [inaudível] apresentava um

programa justificando a parte histórica, como é que era. E as instituições que já existiam andaram mais rápido e outras foram criadas ao longo desse processo. A Carta da Bahia, inclusive, foi uma reunião antes do programa, dizia claramente que os estados deviam ter suas instituições. Quer dizer, não foi uma criação do programa. Já existia um compromisso dos secretários que participaram dessa reunião de ter as instituições locais que cuidariam do patrimônio, da cultura etc. e tal. Uma coisa nessa linha. A fundação de um modo geral. Então, foi... O programa veio, de certa forma, reforçar essa decisão deles próprios. E todo mundo começou a criar. Começou a criar em torno do programa. Criou em torno do programa. E aí começava a receber recurso etc. Com os programas de pessoal, que nós vamos falar logo a seguir.

Então, a evolução foi essa, a gente conseguiu o compromisso de uso, o compromisso de manutenção, a criação de uma instituição própria para isso e programas anuais de investimento, em roteiros previamente programados. E, de certa forma, fugir àquela mesmice de que restauram isso e não consigo pensar a não ser no mercado ou transformar em mercado de artesanato ou fazer um centro cultural. Então, começaram a aparecer outras utilizações, inclusive prédio público. Restaurar aquele prédio para instalar a prefeitura, para instalar o teatro. Ou restaurar o teatro para ter atividade etc.

#### [FINAL DO ARQUIVO 1-A]

H.A. – Então, o que aconteceu nesse período, em termos de evolução... Ah, sim, o programa abriu a possibilidade de se fazer também plano urbano para a preservação de núcleo histórico. Quer dizer, abriu uma série de possibilidades: financiamento de bolsa, financiamento de várias coisas que tivessem a ver com o que nós estávamos tratando. Apareceram logo algumas coisas de arqueologia, que também foram incorporadas. Então, ele foi muito flexível. Vocês vão ver que no fundo a gente fez esse documento de um jeito que cabe qualquer coisa que você quisesse fazer na área de cultura, cabe aqui como objeto do programa. Depois eu vou tirar uma cópia para vocês.

L.L. – E eram vocês que decidiam? Por exemplo, chegava uma proposta, onde era o nível de precisão, "aqui vamos aprovar"?

H.A. – Nosso. Eu tinha um grupo de pessoas, a gente trabalhava mais ou menos colegiado, mas, em realidade, eu assinava. Assinava e o resto cumpria. Quer dizer, a área financeira do ministério liberava. Então, a coisa... Eu preparava um documento para o Velloso, uma exposição de motivos ou o que seja...

L.L. – No livro do Velloso ele diz que esse programa compreendeu cerca de 100 projetos.

H.A. – É muito mais.

L.L. – É muito mais? Está aqui.

H.A. – Eu sei. É nesse livro agora, eu vi. Ele inclusive cita a minha coordenação ainda. Eu falei até com ele esses dias sobre isso. Mas é obvio, o Velloso... O Velloso esqueceu, inclusive, nesse livro que, por exemplo, ele financiou o Marcus Pereira. O Marcus Pereira estava falido e ele conseguiu que a Finep financiasse o Marcus Pereira. Você sabe da história, não é? E

depois de tudo isso... Contra que garantia? Das matrizes dos discos, está certo? Depois, enfim, não deu certo, ele se suicidou. Ficou meu amigo, a gente ajudou. Ele ajudou a Embrafilme adoidado. O Velloso fez crítica de cinema numa certa época da vida dele. Ajudou muito ao pessoal da Embrafilme. Então, ele tinha um carinho pela área. Gosta, é uma pessoa culta e gosta disso. Custou a chegar no Piauí porque não tinha uma instituição, ele é de lá, mas aí a gente financiou Teresina, financiou coisa em... não foi Raimundo Nonato, não...

L.C. – Na verdade, a gente pode dizer então que o programa ajuda a institucionalização da área no país como um todo.

H.A. – Ele forçou... Veja bem, no episódio Collor, eu andei fazendo umas pesquisas aí, não fossem as instituições criadas e o pessoal formado – o Iphan ficou sem condição de trabalho – , não fosse isso teria acabado tudo. Quer dizer, teria sido muito pior. Essas instituições... durante esse período maldito que teve aí, é uma instituição que de alguma forma se estabeleceu a nível local. E estabeleceu o gosto, estabeleceu a incorporação disso como uma prática do estado local. E de alguns municípios, está certo? Eu falo maldito do ponto de vista da visão de quem cuidou da área de cultura na época. E eu estava inclusive trabalhando nessa época, eu trabalhava **em conjunto com o Santana**, e tentei intervir nisso e recebi uma negação malcriada do nosso distinto Ipojuca lá. Ele perguntou o que eu tinha a ver com essa história, que eu estava opinando sobre... "Me perguntaram e eu opinei. Por que não?" Aí ele falou: "Por que você quer que o interventor seja Fulano?" Eu falei: "Porque eu acho que ele é muito mais capaz do que as pessoas que estão aí." Eu indiquei... Ele ficou muito bravo comigo na época. Mas, enfim, houve perseguição... Enfim, aí é um outro caminho que não tem sentido a gente conversar agora.

Pois bem, então essa foi a evolução que perdurou. Ela perdurou posteriormente. Tanto a institucionalização local quanto perdurou até a prática em você trabalhar com um programa. Em alguns casos, conjuntos urbanos, aí trabalhar com um projeto urbano mesmo, projeto de desenvolvimento urbano, feito lá. Nós financiamos muitos projetos. Nós financiamos praticamente todo o ciclo do ouro e todo o ciclo de diamante. Ouro Preto já tinha mas nós financiamos São João del Rei, nós financiamos Tiradentes, financiamos projeto de... em Salvador a gente financiou bastante coisa na área urbana, financiamos Diamantina, Serro e Conceição do Mato Dentro, como o circuito do diamante. E no Nordeste vários também. A produção de um plano urbano, que no fundo era um instrumento de gestão do prefeito, mas que o Iphan tinha como base até para trabalhar também com as instituições, com a Fundape, em Pernambuco, que acabou se desdobrando pela Fiam, que era a fundação que atendia os municípios. Eles fizeram um inventário de todos os prédios importantes, tombados ou não, em todo o estado de Pernambuco. São quatro volumes. O Paulo Ormindo fez um, muito mais sofisticado, de todos os principais monumentos da Bahia. Isso está publicado. São várias publicações. Então, gerou um processo de preocupação com isso, e de arquitetos etc. e tal.

Eu agora gostaria de falar um pouco sobre... vendo o ponto de vista das pessoas, da formação. O que a gente tentou fazer e que deu certo, que eu entendo que deu certo? Para formar pessoas eu não podia dizer "vamos pegar o pessoal da universidade, no curso, e falar assim: vamos reforçar as cadeiras por aí." Isso aí era muito complicado e tal. Então, nós pegamos pelo lado da extensão universitária. E fizemos um acordo com a Universidade de Pernambuco. Pegamos um professor de lá, que é o ex-marido da... era marido da Clementina Duarte, uma joalheira, que era o Holanda, que se suicidou depois, e ele foi o coordenador do curso. Nós conseguimos, conversando com ele, uma pessoa muito aberta, da Escola de

Arquitetura, uma pessoa com uma visão fantástica do problema lá em Pernambuco, e a gente então criou um primeiro curso, de quatro meses, para formar pessoas. Quais eram as principais características desse curso? A primeira característica é que tinha que ser alguém de uma instituição local, arquiteto ou engenheiro, que seria destacado para essa função. Durante o processo de treinamento, ele teria que desenvolver um anteprojeto como trabalho final do curso – inclusive, tinha um retorno a sua cidade, porque a pessoa chegava lá com um material e depois verificava, no curso, que o que ele tinha não era fundamental –, e que o projeto escolhido estivesse em um dos roteiros aprovados e que ele, na volta, assumia um compromisso de desenvolver o projeto. E nós garantíamos o financiamento para a restauração.

Então, o que a gente fez? A gente criou um processo de treinamento e produção de projeto com um recurso garantido para a execução do projeto. Então, isso nós fizemos em quatro meses e os outros cursos, Minas e Bahia, o terceiro, foram cursos de seis meses. Todos fizemos assim. Eu digo Minas porque, numa segunda rodada de avaliação, nós incorporamos Minas, Rio e Espírito Santo. E na terceira rodada a gente abriu para o país como um todo. O projeto cresceu para o Brasil como um todo. Então, a formação de pessoal se deu dessa forma. Na realidade, até o final dos anos 70, nós formamos 126 técnicos. E geraram projetos, inicialmente, esses, e muitos outros foram a partir dessas mesmas pessoas, com as suas equipes internas e com a formação já muito voltada para isso. Mas, de um modo geral, cada curso gerava 30 a 40 projetos, que eram os alunos que estavam lá. Anteprojetos que eram depois terminados e entraram. O Forte Cinco Pontas, por exemplo, em Recife, é um caso que foi debatido etc. Com a vantagem...

Eu entrei num viés, num momento qualquer, em que eu achei que o pessoal local também precisava ter um pouco de suporte de técnicos especializados de outras partes do mundo. Então, o que acontecia? O Iphan estava afastado da Unesco já tinha muito tempo e, a partir do momento em que a gente verificou que precisava de a Unesco estar junto, eu consegui trazer ao Brasil, passou quinze dias, o Héctor Arena, que era o chefe da Divisão de Sítios e Monumentos da Unesco. E nós fizemos uma viagem pelo Brasil com ele, fomos de Minas até São Luís e visitamos muitas coisas. Ele viu tudo etc. e tal e, a partir daí, ele foi o nosso grande aliado dentro da Unesco, onde nós conseguimos dois, três, quatro, cinco técnicos por ano para vir fazer uma consultoria para o Iphan – aí você tem uma revitalização em algumas áreas do Iphan –, dar aula no curso, fazer assessoria aos projetos de restauração que estavam em fase de anteprojeto e alguma coisa de assessoria local em cada um dos lugares.

Coincidentemente, veio para cá um peruano, como representante da Unesco aqui, que foi morar ao lado da minha casa, essas coisas que acontecem, no mesmo prédio, numa outra prumada, Alfonso de Silva. E o Alfonso, por força do Arena, me procurou, vindo para cá, e falou: "A gente está lá, na área de cultura, você conversa com ele." E eu trabalhando na área de planejamento, não é? Dando assessoria ao Conselho Econômico, mas tocando esse projeto. E aí o Alfonso de Silva... eu falei com ele o que a gente estava fazendo, e ele era uma pessoa muito voltada... um peruano, ele conhecia muito a burocracia da Unesco. E a gente montou um negócio muito interessante: a gente pegou a escala de férias de todos os grandes técnicos que estavam na Unesco que eram da América Latina e toda vez que vinha um de férias a gente chamava o cara e falava assim: "Pare no Brasil que nós te pagamos diária e alimentação e você vai dar uma mão para nós. Você vai ter um período aqui durante as suas férias." E nós pescamos todas as pessoas que passaram por aqui em férias. Nunca paguei uma viagem para eles, a não ser a local, nunca paguei nenhum valor de consultoria – a Unesco dava a eles uma bobagem. Pagamos a estada desse pessoal todo no Brasil e esse pessoal deu aula e deu assessoria em todos os momentos que a gente passou.

L.L. – Você sabia dessa importância? Como é que se deu a sua... como é que você conseguiu ver a importância desses técnicos da Unesco? Supondo isso, que o Brasil estava afastado.

H.A. – Ele esteve afastado, obviamente, da relação, porque cabia ao Iphan pagar a contribuição. E não tinha dinheiro, está certo? Eu não sei se houve algum desentendimento ou não, mas, na verdade, era importante ter a Unesco do lado. E aí tinha um lado estratégico. Quer dizer, uma pessoa de fora vindo e falando com o cara de turismo, com o diretor do departamento de uma cidade qualquer é muito diferente de a gente chegar lá e falar, entendeu? Então, esse aval era importante. Tanto que houve um caso em que eu... nesse caso, no caso que deu a maior complicação, eu trouxe uma pessoa para... Porque tinha um problema de inventário. Quer dizer, o Iphan tinha um problema de inventário. Eu trouxe um técnico colombiano que veio fazer um trabalho de assessoria à d. Ligia, àquele pessoal do Patrimônio e de várias instituições e nós fizemos uma porção de reuniões etc., de como fazer um grande inventário. Ele tinha feito no país dele, como fazer o inventário. Ele passou um mês aqui e, quando ele saiu, eu falei: "Qual é o resultado? Eu preciso disso escrito." Ele falou assim: "Não, o que eu tinha que falar, eu falei e eu não termino consultoria desse jeito." E ele ainda brincou comigo assim: "Se eu te entregasse um documento final, para vocês tocarem isso sozinhos, eu não voltaria mais. E eu tenho interesse em voltar." Eu falei: "Pois você não pisa mais aqui. Eu dou a minha mão. Mas nem pensar!" E fiz uma carta para a Unesco. Gerou o maior problema do ano porque eu fiz uma carta formal, dizendo que eu não o queria e que ele tinha se comportado mal com a gente. Mas era uma coisa que era importante para nós, certo? Como a gente trouxe gente de iluminação de monumentos, que aí já era um problema posterior. Trouxemos pessoas ótimas. Trouxemos Franca Helvin que é uma pessoa que... ela é reconhecida mundialmente, trouxemos um argentino, trouxemos uma italiana que restaurou para museu, iluminação de museus maravilhosos, adaptação interna de prédios e tudo. Todos foram professores nos cursos. Então, a gente sempre tinha duas ou três pessoas.

E, num momento qualquer, nós abrimos para a América Latina. Começamos a trazer gente de outros países para fazer o curso aqui. Porque eu consegui... No Peru tinha a sede de um projeto, que era o projeto Pnud/Unesco, que é chamado Projeto de Restauração de... Enfim, um nome que mudou depois, até é um pouco mais amplo, que era um projeto que cuidava de dar apoio aos países da América Latina com recursos humanos e um pouco de dinheiro. O Sylvio Mutal estava lá, que é uma pessoa que acabou saindo posteriormente, mas ele ficou dez anos lá, e ele produziu uma série de projetos muito importantes. Só que nenhum caso assim, com uma forma articulada. Eu o conheci porque eu fui... por causa desse programa fizeram uma reunião, tripartite, de avaliação do projeto dele, e eu fui indicado pelo Brasil para fazer essa avaliação com ele. E eu cheguei lá e comecei a falar em desenvolvimento, em dimensão cultural e desenvolvimento e planejamento das coisas e tal. E ele ficou naquele negócio. E eu passei seis anos indo lá uma vez por ano para dar aula no curso de Cuzco, porque eles estavam com ele lá, e ajudá-lo na programação dele. Ele inverteu, inclusive, toda a política dele e começou a fazer um planejamento global, de América Latina etc., a partir de muitas conversas que nós tivemos. Obviamente, com o pessoal dele. Quer dizer, eu levantei a bola e ele acabou chutando e fez muita coisa interessante. O Pnud hoje, o Banco Mundial... Ele é uma pessoa... um consultor internacional até hoje que gosta muito disso e as pessoas gostam muito dele. Então, esse lado, do programa internacional, gerou... Inclusive, quando o programa foi para o Iphan, que depois eu... Só para eu mencionar, nós passamos a ter, dentro do Iphan, um programa que nós chamávamos de Cidades Históricas e um outro, que era um programa de

cooperação internacional. E aí, por causa desse viés aí, porque a gente tinha o registro dessas pessoas.

Pois bem, então, formamos o pessoal... Ah, bom, quando o Arena esteve aqui – vale a pena registrar porque é um negócio muito importante – em Belo Horizonte, chega uma pessoa perto dele e fala assim: "Dr. Arena, eu tenho esse papel para lhe entregar." Essa pessoa chama-se Beatriz Coelho, da Universidade de Minas Gerais. "E eu quero sua ajuda para pôr o Centro de Restauração na Universidade Federal de Minas Gerais." Ele falou assim: "Henrique, vem cá. A professora Beatriz está precisando disso, vê o que você pode fazer." Isso é o nascimento do Cecor, que é o melhor centro de restauração da América Latina hoje. Nasceu dessa brincadeira. A gente financiou o início, trouxemos professor, aí pegamos gente da área de restauração, trouxemos ajuda internacional, recurso, construiu-se o primeiro módulo, construiu-se o segundo andar e hoje eles são autônomos e têm... A Beatriz conseguiu fazer muita coisa. Então, esse centro começou também dessa forma. Então, o que acontecia é que toda vez que tinha um gancho desse tipo a gente pegava. E toda vez que a gente tinha um obstáculo a gente deixava para o dia seguinte. Vamos pegar só aonde a coisa era mais fácil. E fomos entrando. Quer dizer, conseguimos fazer muita coisa nessa linha dentro desse processo. Por exemplo, você financiar uma restauração e financiar uma série de crianças... Por exemplo, o altar da igreja de Recife que pegou fogo. Pegou fogo no altar e os bombeiros chegaram lá e com o machado quebraram ainda mais um pouco lá. Eles fizeram a restauração disso treinando crianças. Nós fizemos bolsa para os meninos, junto dos técnicos do Iphan, para transmissão de conhecimento. Quer dizer, fizemos curso de mestre-de-obras, que era um mestre-de-obras importante porque não tinha firma especializada nisso. Criamos mestre-de-obras para os estados. Então, nessa área de formação a gente abriu o leque dessa forma.

Na área internacional, essas pessoas vieram. E eu fiz um acordo também, acertando com o CNPq e com o pessoal da Capes, de mandar gente para fora. Pessoas que iam fazer o treinamento. E fiz um acordo, com o **ICCROM** especialmente, porque todo mundo ia para o curso de Roma, passava lá quatro anos no curso, toda manhã, aprendendo restauração de pedra e monumento romano, não é? Nessa linha. Obviamente, você saía de lá com muito conhecimento, com técnicas muito sofisticadas e chegava aqui e não tinha aplicação nenhuma. O máximo que a gente fez foi trazer gente da área de fotogrametria porque era importante para a restauração. A ideia era o seguinte: a pessoa tinha que ter um curso no Brasil ou em qualquer outro lugar nacional, ter outra experiência de prática de obra e uma segunda etapa com um curso no exterior, que não era o último curso do **ICCROM**. No curso do **ICCROM** só chegava lá quem tinha passado por uma experiência, tinha passado por um curso em segundo lugar, **[inaudível]** ou Cuzco, para depois chegar lá. E montamos uma rede de mandar gente para fora. Tanto que nós fizemos... Tem até um livrinho publicado no Iphan, depois, recente. A minha secretária, que fazia esse controle lá, um dia juntou aquilo tudo lá, pôs debaixo do braço e guardou esse arquivo, o arquivo do programa todo. Ela segurou na época do desmonte. E, quando eu passei pela Funarte, eu cheguei lá no prédio e tinha uma pilha desse tamanho de pastas, pastas e pastas de processo empilhadas. E não deixaram que o arquivo... com esse negócio de fusão etc., criaram o Ibac, o IBPC, e a Funarte e o Iphan mudaram de nome. E ela pôs aquilo debaixo do braço, segurou aquilo o tempo todo e, posteriormente, quando a coisa voltou a funcionar, o arquivo do programa ficou intacto, ela conseguiu, com as fichas, que o pessoal se interessasse. Nós tínhamos o registro de todas as pessoas formadas na América Latina e todos os grandes técnicos que passaram por aqui. Então, a gente tinha um cadastro de pessoal nessa área que foi utilizado durante muito tempo. Então, nós tivemos esse lado de informação que abrangia todo esse processo, junto com o pessoal da área internacional, e



tínhamos também esse pessoal que ia para fora. A gente mandou muita gente para o exterior nessa mão dupla de cooperação.

L.L. – E a Embratur, que entrou nessa...?

H.A. – A Embratur participou, inicialmente, de todos esses levantamentos que a gente fez mas, infelizmente, a presença era só em reunião. Quer dizer, não trabalhou com a gente para frente. Não incorporou nada nos seus próprios processos de gestão interna. Embora eu tenha participado do Conselho de Turismo a partir de então. Eu fiquei quase dez anos participando do Conselho de Turismo. Isso era uma insistência nossa lá. Apesar de ter uma comissão de coordenação do programa com membro, nem participar muito eles participaram. A única participação mais efetiva que eles pretenderam em um certo momento foi, na mudança de governo, para assumir o Figueiredo, o Miguel Colasuonno foi para a Embratur. Ele foi nomeado. E ele me procurou, não me conhecia do conselho, me procurou querendo que eu ajudasse a levar o programa para dentro da Embratur. Ou seja, a gestão do programa passar para dentro da Embratur. Por um lado, nesse lado, concorria com ele o Aloísio Magalhães, nomeado pelo... tinha me convidado, pelo Eduardo Portella que, quando foi convidado, no Rio, desceu do aeroporto, foi para a minha sala e falou: "Henrique, eu preciso do programa lá porque eu acabei de ser convidado. Eu não contei para ninguém ainda, a não ser para a Solange. Então, eu preciso sentar com você e eu queria que esse programa fosse para lá porque isso não vai ficar aqui e eu quero isso dentro do Iphan." E foi conversar com o Golbery. E eu vi esse negócio e fiz uma carta para o Said Farhat, que eu conhecia porque tinha sido presidente da Embratur, que estava assessorando o Figueiredo dentro do Ipea na transição. Eu fiz uma carta para ele historiando tudo e falando: "Está na mão do presidente fazer isso aí e tal." Então, cada um saiu para um lado. O Miguel tentando para um lado, o Aloísio tentando para o Iphan e eu alertando... Acabou dando o Iphan e a gente pegou tudo que tinha dentro da Seplan e levou para dentro do Iphan. Então, eu fui posto à disposição com a equipe, no Iphan, para trabalhar com isso.

Obviamente, esse problema da Embratur que você perguntou, muitas vezes e em vários momentos a gente trabalhava com eles. Mas localmente era mais fácil porque a Embratur trabalhava com a empresa de turismo local e a gente trabalhava com a empresa de turismo local. Porque aí era o movimento de deslocamento de fluxos e folha de uso para os prédios. E para eles era uma sopa no mel você ter alguém trabalhando e pondo dinheiro para ter um prédio que era um atrativo turístico para aquilo que o cara estava interessado. Ninguém é doido de não fazer uma coisa dessas, não é?

L.C. – E, ainda dentro da Seplan, vocês estabeleciam alguma relação, por exemplo, com o CNRC? Porque você está falando no Iphan, mas o CNRC estava fazendo pesquisas e também... Como é que era isso?

H.A. – É, eu conheci o Aloísio assim, não é? E muitas vezes juntos e tal. Mas, na verdade, o que a gente estava fazendo... O Aloísio estava fazendo uma coisa voltado muito mais para o imaterial, muito mais para processo de tecnologia patrimonial. Houve uma confluência em algum momento, o Museu de Orleans, que se ajudou num caso ou outro. Mas, como programa, ele só tinha condição de fazer alguma coisa se tivesse uma ponta ou no Iphan ou no estado. Eu não fazia nada direto, está certo? Eu era um agente coordenador e articulador disso.

Quer dizer, se tivesse algum projeto do Aloísio, de pesquisa, que tivesse a ver com alguma coisa local, que ele estivesse entrosado lá, isso teria acontecido. Só que o que aconteceu

é que ele tinha um projeto com a universidade e mais dez instituições financiadoras, aqui no Planalto, e ele tinha um processo de estudo, de formação de conceito etc. e tal, mas que era... não tinha uma relação direta com o estado ou com o município. Era feito aqui. Então, em nenhum momento a gente teve uma ação específica junto por causa disso. Quando nós fomos para o Iphan, o programa, nós, o grupo do programa, foi junto o CNRC. Então, essa ida para lá, na verdade era o Iphan, o CNRC e o programa. E que, posteriormente, virou uma coordenação interna lá, não é? Então, neste momento o que aconteceu é que certos tipos de trabalhos que eram feitos na ponta pelo CNRC, já naquela fase de educação que o Quintas fez etc., isso já se entrosou lá na ponta. E a gente já tinha um trabalho feito já a partir daqui. Na hora que a gente selecionava os projetos do Iphan para a aprovação anual, porque desmontou o processo organizacional que culminou com a instituição Pró-Memória e Sphan, em que era uma atividade matricial para um projeto, você tinha o Irapuan... um presidente, o Irapuan, e o Bernardino, que era o gestor financeiro. O resto não tinha cargo. Ninguém tinha cargo. A gente tinha coordenação de projeto ou de programa. Então, nós criamos o programa de museu, o programa de restauração, o programa de cidades históricas, programa de preservação do patrimônio no caso.

L.L. – Isso no Pró-Memória.

H.A. – Já dentro da Pró-Memória. Então, aí já é um processo de gestão completamente diferente que foi feito lá dentro e com todo o trabalho que foi feito. Se for o caso, a gente aprofunda isso. Então, essa relação com o CNRC existia assim: o conhecimento de pessoas, o conhecimento de Aloísio, mas a gente nunca teve alguma coisa que tivesse um elo lá na ponta. Não adianta ter o elo aqui só, não é? E eles estavam trabalhando com recursos para pesquisa: levantamento de banana passa, o Tito Silva, na Paraíba... Se fosse para restaurar o prédio como foi restaurado recentemente, a gente teria feito junto com eles, não é? Mas isso não aconteceu por isso. Não tinha como, não é?

Obviamente, quando se chegou dentro da casa, quando você planejou uma atividade, e chegou um momento em que se reuniu Funarte e outro setor... Porque quando começaram eram duas secretarias, era no MEC. Enquanto era MEC, tinha uma secretaria que cobria a Funarte, museus e não sei o que e uma outra secretaria que era a Secretaria do Patrimônio. Passou a se reunir junto. Era uma reunião grande, um colegiado, lá na Funarte, onde se trabalhava a hipótese de algumas atividades conjuntas. E aí a gente tentou muita coisa assim: um programa de música, vamos fazer na igreja; um programa de trazer um tocador de órgão, vamos fazer nos órgãos das igrejas; um programa qualquer de artesanato ou o que seja, que fosse... ou de qualquer tipo de formação musical ou que é atendido pela Funarte em algum lugar. A gente começou a buscar entrosamento daquilo que era uma atividade de restauração e de formação de pessoal etc. e tal, junto com o caso da Funarte. Isso não teve curso muito longo, porque aí as coisas mudaram, mas já se reunia todo mundo, o pessoal hoje Funarte, o pessoal de teatro, o Inacen, a Embrafilme. Eu, inclusive, até fui do conselho da Embrafilme por causa disso, não é? O Velloso me pôs lá. Era a tentativa de, cada vez mais, a gente fazer uma articulação. E depois é que... Aí, quando veio o Ministério, essa coisa mudou de rumo etc. Mas a ideia era cada vez mais ir juntando essas coisas. E lá na hora da execução essas coisas deveriam ser articuladas.

[FINAL DO ARQUIVO 1-B]

L.C. – Uma questão, Henrique: por exemplo, nessa passagem do programa da Seplan para o Iphan, como é que fica a questão orçamentária? Porque uma coisa é você na Secretaria de Planejamento... E você está indo para o Ministério da Educação, com outro orçamento. Como é que fica isso?

H.A. – Quando a gente passou, a gente levou o dinheiro que a gente tinha. E a fonte era uma fonte da Seplan. Continuou sendo. Então, a liberação era feita ainda pela Seplan, durante o **programa**. Até o momento em que se formou a Pró-Memória e se formou o... que foi um negócio muito rápido, não é? Foi muito rápida essa... A gente já tinha... Com esse processo do **Wallace** e o Irapuan isso foi feito rapidamente. Ele sentou com o Aloísio rapidamente e já... o formato e montou-se então o Sphan e a Pró-Memória. E aí a Pró-Memória tinha... A fonte passou para a Pró-Memória. Os serviços passaram para ela. E, anualmente, porque você já tinha uma base... Na medida em que você recebia um recurso – até hoje é assim –, sei lá, de 200 milhões ou de 100 milhões ou o que seja, você, no ano seguinte, você pelo menos consegue repetir aquilo. Quer dizer, o que você gastou, você repete, não é? Então, no início, a primeira passagem, o dinheiro ficou ainda no fundo. É um fundo. É um fundo virtual no orçamento da Seplan. Porque o Velloso trabalhava com programas e os programas todos tinham um fundo e tinham recursos. Então, ele não passou para o orçamento de ninguém. E nem era da Seplan, o orçamento era da **FDTI**, continuou sendo, e era dali que saía o dinheiro. Então, isso continuou, de alguma forma, por um período e depois, paulatinamente, ele se incorporou ao orçamento da Pró-Memória. Não era mais programa, chamado programa, mas era um processo de gestão... Não se manteve exatamente como se fez na época porque a Pró-Memória, a partir de um certo momento ela... De certa forma ela caminhou até um certo ponto e depois, com a criação do Ministério da Cultura, virou Iphan de novo e aí, a partir desse momento, o próprio processo se esvaziou. Quer dizer, essa relação com o estado e com o município que se fez durante muito tempo e de apoio a essas atividades acabou. Ela acabou. Acabou. Passou-se a ter somente a preocupação de recursos para os prédios que o Iphan tem interesse etc. Então, o que veio depois, com a tentativa até de um outro programa com o BID, ou com o Banco Mundial no caso, que não foi aprovado – esse que foi aprovado o próprio governo rechaçou – é que aí veio a história do Monumenta, que também tem uma fonte com esse mesmo tipo de característica mas gerido pelo próprio órgão, que seria o MEC na época e agora é o Ministério da Cultura, não é? Ele tem uma unidade gestora até maior do que o normal. Ele tem uma unidade de controle também lá dentro, mas ele é uma fonte de recurso que trata com o estado e com o município.

L.L. – Quando o Aloísio vai para o Ministério... Para organizar essa história, quando o Aloísio vai para o Ministério da Educação, ele vai... quer dizer, o **CNRS** e depois é que é criado o Pró-Memória, não é? Primeiro ele...

H.A. – Ele assumiu o Iphan.

L.L. – Assumiu o Iphan. Depois ele...

H.A. – Na realidade, era o Iphan que existia aí. Ele assumiu o Iphan. No momento em que se criou o novo modelo, Sphan e Pró-Memória, ele foi para o Sphan, que era uma secretaria igual à Secretaria de Assuntos Culturais do MEC. Era a SAC e a Sphan, eram os dois casos, que num certo momento era... Acho que era o Mário, não é? Não, o Mário era Funarte. Quem era o...?

Foi, durante um certo momento, depois disso se juntou, ficou uma só. Aí virou um nome que não me lembro exatamente agora, mas ele virou uma única secretaria. E já logo depois trazendo o Museu, a Biblioteca, essa história toda. E, com o sucesso da Pró-Memória, muitas dessas instituições que eram soltas e penduradas aí pelos órgãos afora começaram a aderir à Pró-Memória. A Pró-Memória tinha a possibilidade de você trazer pessoas e as pessoas serem incorporadas à Fundação.

L.L. – No caso, você ainda estava trabalhando lá com... Você estava?

H.A. – É, eu fiquei até 85. Até criar o ministério. Na realidade, teve um momento em que eu optei pela Pró-Memória. Eu era **Ibea**. Eu estava no Iphan mas aí optei. Então, você podia optar. Inclusive porque a própria forma de trabalhar era tão flexível e tão mais fácil para os órgãos que muitos órgãos – a Fundação Lasar Segall, a Cinemateca e outros que procuraram – procuraram procurando ajuda financeira e procurando incorporação das pessoas ao quadro da Pró-Memória. Porque você tinha uma curva salarial corrigida, o que ninguém conseguiu. Corrigia todo ano. A Pró-Memória conseguiu durante muito tempo manter uma curva salarial, naquela época inflacionária, de uma forma muito adequada, pela forma com que foi encaminhada e pela ajuda que se teve, e os outros órgãos começaram a aderir, não é? A Biblioteca, inclusive, aderiu etc. Era uma situação um pouco esdrúxula, a gente começou a... Eu até fiz um trabalho na época, com a Sônia Rabello e um pessoal aí, tentando ver como é que você punha a Biblioteca dentro do Iphan como uma unidade autônoma. Não autônoma, mas que fosse assim, uma diretoria, com organograma. E acabou não dando certo, e o pessoal também resistiu, e ela ficou uma unidade autônoma mesmo. Mas os museus todos foram incorporados de certa forma à Pró-Memória. Depois é que isso mudou, mas no início eles foram todos sendo incorporados e passando para lá. Todo mundo tinha essa expectativa. E o próprio funcionalismo tinha muito interesse porque ser desse quadro, onde tinha a possibilidade de ter uma correção salarial adequada, que vinha tendo, então todo mundo... Facilitou muito esse trabalho. Aí incorporou o Burle Marx, o sítio do Ruschi, e tem muitas coisas que se incorporaram e que continuam. E outras que chegaram a vir e depois acabaram ficando autônomas também.

L.C. – Você estabeleceria, por exemplo, um elo... quer dizer, o Programa de Cidades Históricas e quando a gente tem, em 80, a inscrição de Ouro Preto, a questão das cidades patrimônio na Unesco. Como é que é isso?

H.A. – Ouro Preto já era, não é? Ouro Preto já era. A época da escolha de Olinda, foi, na realidade, o último momento do Aloísio. Foi a última viagem que ele fez à Europa. Ele estava indo para defender Olinda em uma reunião do Comitê do Patrimônio com a inscrição de Olinda. Eu não sei se você pode dizer que por causa disso ou daquilo você conseguiu qualquer dessas hipóteses internas de melhoria, de qualidade etc., você conseguiu ser inscrito. Eu acho que isso se deveu muito mais à qualidade do trabalho feito pelos técnicos, apresentando ao Patrimônio Mundial... O Silva Telles, inclusive, chegou a ser até representante do Brasil no comitê geral, no conselho geral que faz a aprovação desses projetos. Mas eu não vejo uma relação assim: de porque existiu o programa ou porque existiu qualquer coisa, não. Eu acho que o problema todo é que a qualidade dos projetos apresentados – e Brasília é um fato inédito no mundo –, é porque o pessoal soube como fazer a proposta e convencer o pessoal lá. Eu acho que isso não depende nem... Você pode dizer, provavelmente, que, por exemplo, São Luís, no Maranhão, conseguiu

alguma coisa a mais porque ela... a própria inscrição de São Luís, porque tem a ver com o programa. Não tem esse pensamento, de a ver com o programa. Tem a ver com a formação de uma equipe que gerou processos locais e esse documento de inscrição porque eles tiveram a chance de se treinar, tiveram a chance de ter um apoio e tiveram a prática apoiada pelo programa. Isso você até pode – eu nunca pensei nisso, estou só pensando agora –, pode até ser que você possa dizer que, não fosse a atuação e a prática que eles tiveram, de encarar a cidade de uma forma, de fazer um documento de planejamento urbano, de ter uma porção de obras, de discutir essas coisas e de terem passado por cursos que tinham uma especificidade, como foram os cursos que foram... pelo menos esses três que a gente fez, pode ser que você possa dizer: "Não fosse esse treinamento..." Mas talvez até acontecesse assim mesmo. Mas o pessoal tinha noção do que fazer e tinha a prática, uma prática muito grande.

Esse curso que nós fizemos, Belo Horizonte e depois Bahia, o da Bahia foi repetido uma vez, então na realidade foram quatro, e, a partir daí, a universidade incorporou esse curso, o curso de pós-graduação que tem lá, o Cece. É o Centro de... Centro de Estudos... Sigla é danado, eu não me lembro. Mas esse curso que existe lá todo ano, que é um curso de pós-graduação, agora na própria universidade, não é um curso feito por convênio, é um curso que foi o último curso que nós demos lá, que foi o segundo, repetido na Bahia. Quando foi o terceiro, já a universidade incorporou e virou um assunto da universidade, não é mais de ninguém. Recebe recurso externo? Recebe, a Unesco continuou ajudando, dá bolsa, isso aconteceu. Mas isso foi um caminho, como o Cecor. O Cecor começou e hoje é um órgão... Esse, na realidade, foi sempre da universidade. A gente apoiou. Não foi um curso, já foi uma unidade da Belas Artes mesmo, não é? Mas eu acho que essa relação que você fala, só assim, muito indireta. Quer dizer, você teve uma melhoria muito grande na qualidade do pessoal.

Eu participei e coordenei no Brasil um projeto que esse pessoal do Pnud/Unesco lá do Peru fez sobre formação de pessoal na América Latina e acabei fazendo junto, não estava nem previsto, a restauração de bens móveis também. Cursos. Então, foi feita uma avaliação etc. A posição do Brasil nessa época foi muito boa. Muito boa, a ponto de na revisão, em Cuzco de um curso que eles tiveram lá, e tem ainda há muito tempo e que é famoso, o curso de Cuzco, ter sido feita uma comissão de oito pessoas, escolhidas por mim e pela Unesco, para fazer uma reformulação no curso. E o pessoal do Peru e da Colômbia que estavam presentes, eu estava lá também, eles... num momento qualquer o pessoal da Argentina disse assim: "Escuta aqui uma coisa, se vocês gostam tanto do curso do Brasil, para que a gente está fazendo essa reunião? Vamos pegar a grade do curso brasileiro e aplicar aqui." Então, o pessoal elogiava tanto que o argentino, que é muito meu amigo, hoje até ele ocupa uma posição importante lá... Ele tem um centro, inclusive, chama Ramón Gutiérrez. Ele deu aula aqui, tem um livro escrito, um capítulo sobre Brasília. Mas ele disse assim: "Não, então faz o seguinte, pede ao Henrique como é que é o curso aí e a gente aplica. Não precisa estar discutindo isso aqui." Então, disparou na frente, está certo? Disparou na frente. O pessoal disparou. Porque, inclusive, eles começaram a pedir técnicos no Brasil e a gente indicava. Toda vez que a América Latina pedia alguém, "eu preciso uma pessoa com tal tipo de característica", a gente tinha um cadastro de pessoas que fizeram o curso ou que trabalhavam. E essas pessoas iam dar consultoria e todas tiveram muito sucesso. E o pessoal do Iphan também foi muito. Então, o Brasil apareceu muito fortemente nessas coisas.

A gente fez um trabalho que foi novidade, um acordo com o BNH. Era ideia a gente ter um processo de restauração de casas residenciais. Porque o programa, com recurso do governo... Era muito complicado você dar dinheiro para restaurar um prédio particular. A gente chegou a fazer dois ou três casos de hotel, com um compromisso formal de não vender, não

passar para frente, manter a atividade, a pessoa que recebeu o dinheiro, porque era um prédio importante e era uma casa de pessoas, eram privados. Mas isso você não podia fazer. E nós montamos um programa, foi testado o piloto em Olinda – era para fazer São Luís, Olinda e Salvador... Salvador já tinha um programa social, no Pelourinho, onde o pessoal pegava as casas... Como fizeram várias vezes, tiraram todos os cortiços que tinha lá, aqueles pardieiros todos, tiraram o pessoal para um outro lugar, restauraram e construíram uma série de unidade unifamiliares e puseram lá dentro pessoas, com banheiro comum, coletivo, mas em apartamento. Melhorar a condição de vida das pessoas restaurando o prédio. Fizeram um trabalho social muito importante lá. O programa financiou creche, financiou centro de capoeira nos prédios desocupados. Ali no Pelourinho têm muitos prédios financiados pelo programa, com o Mário Mendonça e com o sucessor dele, onde eles tiveram um trabalho muito grande nessa área. Só que era uma coisa assim: desaproprio o prédio, era público, e você ocupava com as pessoas. E nós não queríamos isso. Nós estávamos tentando uma forma, como aconteceu na Alemanha e em alguns casos, em que a população acabou sendo proprietária. A gente queria que, já sendo proprietário e não sendo de aluguel, ele pudesse ter alguma ajuda para restaurar a sua casa.

E nós fizemos um teste em um projeto lá em Olinda em que o BNH deu um dinheiro, a prefeitura pôs em um fundo, a prefeitura cobriu a correção monetária, que era muito alta, e a gente garantiu à população que ele tinha um financiamento para pagar em doze meses, prestação fixa, coisa que não existia para o BNH. E funcionou. Foram cento e tantas casas, na parte alta da cidade, em que a população escolhia o que queria fazer. A prioridade o que era? Estrutura, banheiro, a parte de saneamento, e elétrica. Essa era a prioridade. E os arquitetos que davam assessoria ajudavam o proprietário da casa a definir o que era melhor. Olhava a estrutura e apresentava projeto. Tinha uma unidade de produção disso lá. O Marcelo Brito, que hoje é do Iphan, é um dos arquitetos que cuidou disso lá, e a outra moça está aqui em Brasília mas ela hoje é artista plástica. A população se candidatava, declarava renda, era um pessoal... não podia ser pessoa de posse nem... tinha uma renda baixa mas tinha renda suficiente para pagar alguma coisa. Então, montava-se um esquema, naquela época de correção monetária maluca do BNH, em que a pessoa tinha um financiamento para telhado, estrutura e tal, um segundo financiamento para banheiro, elétrica e hidráulica e ele pagava aquilo em um ano. Prestação fixa. A diferença a prefeitura cobria com recursos próprios. E o BNH recebia aquilo, pago pela prefeitura de volta, com uma taxa de juros estabelecida entre a prefeitura e a Caixa Econômica. Isso era o projeto que a gente quis multiplicar pelo Brasil afora. Foi feito um estudo enorme, eu tenho cópia dele. Inclusive assim, de todas as hipóteses de trabalho. Foi registrado, inclusive, em um livro italiano como estava se fazendo, que era uma coisa importante. Mas isso não teve curso. Mas é um projeto que hoje tranquilamente podia acontecer. Muito recentemente, até é um pessoal de Pernambuco que estava na Secretaria de... no Ministério da Fazenda, eles tentaram retomar isso para fazer de volta esse projeto lá, com recursos agora da Caixa Econômica, e a coisa não aconteceu. Mas foi uma unidade produzida lá com a prefeitura de Olinda, a partir de um estudo que a gente fez com o BNH. Só que a coisa mudou e não foi para frente. O BNH foi extinto e não funcionou. Mas foi um projeto que foi apresentado, inclusive, no Uruguai e na Argentina, em que chegaram, inclusive, a começar a pedir ajuda para ir lá montar um projeto igual para eles. Como também houve um momento em que o governo do Peru pediu ajuda, se era possível mandar alguém para poder tentar ajudá-los nesse mesmo tipo de trabalho. Porque eles tinham lá um projeto social também. Mas morreu nesse projeto. Foi uma experiência muito boa que simplesmente não teve curso porque mudou a direção, mudou o governo, mudou o Collor e aí pronto.

L.L. – Antes do Collor, quer dizer, depois que Aloísio morre, você continua no Pró-Memória? Joaquim Falcão...

H.A. – Não, não foi, eu peguei o Marcos Vilaça.

L.L. – Marcos Vilaça.

H.A. – É, o Aloísio foi substituído pelo Marcos. O Aloísio morreu em 82, não é? Ele morreu, em 82, o Marcos assumiu e eu continuei, até o momento em que o Ministério da Cultura foi criado. Ele foi criado e aí tem uma série de problemas. Eu, apesar de me dar muito bem, assim, publicamente, com o José Aparecido, a gente tinha algumas diferenças. A pessoa que veio com ele é uma pessoa muito minha amiga, a gente fez política estudantil junto, que é o Gui, jornalista, ele tinha um jornal em Belo Horizonte, que é um cara muito legal e tudo, mas o José Aparecido trouxe algumas pessoas que chegaram... Só para você ter uma ideia, a gente trabalhava num prediozinho ali na... perto do seu hotel, um pouco abaixo... Aliás, não, do lado de cá. Eles entraram dentro do prédio da Pró-Memória dizendo assim: "Vamos expulsar daqui todo o entulho autoritário." Isso gritado dentro da Pró-Memória. Ficou meio complicado. Aí eu dei cobertura, eu tinha... a unidade de gestão aqui era minha, me apoiando, eu tinha [inaudível], e arrumei as coisas para o José Aparecido, falei com o Gui e chegou um momento em que o pessoal começou a sumir. O José Aparecido arrumou um lugar, porque ele não queria ficar aqui, queria ficar na Esplanada, aquele negócio de não querer ficar longe, "Ministro tem que ficar na Esplanada. Então, eu preciso ficar por lá. Não pode ficar aqui". E aconteceu que o pessoal começou com esse tipo de postura de dizer que aquilo tudo que estava sendo feito estava errado e eu falei: "Olha, tchau e bênção." Fui trabalhar no Ministério do Desenvolvimento Urbano. O pessoal me convidou, eu fui para secretário adjunto lá e deixei. De lá nós fizemos até uns dois ou três convênios. Tenho até programa assinado com o Celso Furtado, de apoio conjunto nessa área de urbano e patrimônio histórico. Nós conseguimos juntar alguns trabalhos do Ministério da Cultura com o pessoal do Ministério do Desenvolvimento Urbano, o que é até uma lógica, não é? Mas eu saí fora. Saí fora porque eu não queria ficar. Essa história do José Aparecido é até engraçada, porque é que nós brigamos. Isso aí depois, se quiser, eu conto.

L.L. – Porque de alguma forma o que se diz... quer dizer, que o Ministério da Cultura foi criado no bojo de uma pressão mais estadual, a existência daqueles fóruns estaduais de cultura. O que é interessante porque esses fóruns...

H.A. – Eu tenho uma visão um pouquinho... É isso, mas é um pouco diferente.

L.L. – Sei. É isso que se fala e que se escreve.

H.A. – Olha, o José Aparecido... Então, vamos voltar a falar do José Aparecido. O José Aparecido com o Tancredo, em Belo Horizonte, ele queria ser Casa Civil. E o Tancredo acabou dando a ele a Cultura. Mas o José Aparecido é uma pessoa muito hábil, é um político à moda antiga, muito hábil, muito inteligente e uma pessoa que capta muito as coisas, não é? E, na realidade, ele caminhou para ser o presidente do Fórum de Secretários de Cultura, aproveitando essa oportunidade. Como a coisa estava caminhando para Brasília, e aí o Tancredo veio, ele...

Na reunião do fórum de São Luís estava se definindo o secretariado, o ministério do Tancredo, e o pessoal aí... Obviamente, ele trabalhando, e todo mundo – aí está na linha do que você falou – ele trabalhando, e todo mundo, para ter um Ministério da Cultura etc. Ao contrário do que o Aloísio queria ou desejava. Na época, o Aloísio falava, antes do ministério, que o ministério era prematuro naquele momento. Eu falei com ele várias vezes: "Você vai acabar ministro da Cultura." E ele falou assim: "É prematuro." E ele dizia assim: "Eu prefiro uma secretaria forte do que um ministério fraco." A frase é dele. Eu vou te mostrar um documento que eu fiz para o José Aparecido em que eu cito essa frase para começar [inaudível].

E aí, na reunião, na abertura da reunião, está a notícia de que a Casa Civil estava sendo negociada para alguém. O José Aparecido pegou um avião e fugiu. Fugiu! Veio para Brasília. E, em Brasília... para poder negociar, porque ele queria a Casa Civil também. Ele queria a Casa Civil, em Minas, e foi Cultura, queria a Casa Civil aqui e também não conseguiu, acabou ministro da Cultura. Então, o pessoal, nessa época... O **Itapari** que era o secretário de Cultura lá e que veio a ser o segundo aqui do Ministério da Cultura, quando era o José Aparecido, ele segurou a barra lá porque o pessoal queria fazer um manifesto. Os secretários quiseram fazer um manifesto sobre a atitude dele. Porque eles estavam esperando que ele estivesse defendendo o Ministério da Cultura. E, quando deu essa situação, ele veio correndo e a coisa veio a público, que ele realmente queria a Casa Civil. E o pessoal achou que ele não ia defender o Ministério da Cultura. Nem sei se ele defenderia ou não. Acabou sendo, então a história aí não aconteceu e a gente não sabe. Mas, na realidade, o desejo dele era esse. Então, ser ou não ser, eu não tenho ideia, ele acabou no Ministério. E saiu logo do Ministério e foi ser governador do estado. Então, é por aí que a coisa aconteceu. E deu assim, um certo mal-estar no momento do fórum por causa disso, o pessoal achou que ele estava fugindo a um compromisso de ser... até o ministro, não é? Porque todo mundo achava que ele podia ser o ministro da Cultura, o que acabou sendo mas não era o que ele queria. Na realidade, não era.

L.L. – E tem mais alguma experiência dessa sua no programa depois... Você tem várias experiências, viveu isso tudo, e a gente de alguma forma faz algumas perguntas com o que a gente sabe. Porque a gente sabe um pouco só. Alguma experiência ou alguma coisa dessa que fosse importante, que você gostaria de deixar gravado ou relatado?

H.A. – Veja bem, quando você... depois pode ver aí o que cabe dentro... o que cabia dentro do programa. Quer dizer, na realidade, a gente cabia tudo. Todas as vezes que alguma iniciativa que a gente sentia... ou alguma ideia que era inovadora e que facilitava a vida das pessoas para a preservação, a gente apoiava. Vou te dar um exemplo. Já tinha acontecido antes, em Recife. A regional de Recife, com o Airton Carvalho e o assistente dele, que era um mestre-de-obras que ficou assistente dele, o Ferrão, eles tinham uma caminhonete em que eles pegavam material de construção, de restauração e de desmonte. Quer dizer, faziam uma obra em algum lugar, tinha uma viga enorme, a ponta ficou ruim, eles tiravam a ponta e guardavam aquilo ali. Aí tinha as telhas que eles trocavam e guardavam as telhas e tal. E aquilo eles usavam para fazer a reposição de partes de igrejas etc. E começaram a fazer, em alguns momentos, aquilo para casas de... Quer dizer, tem uma casa muito boa, a pessoa não tem dinheiro para restaurar, está pingando, eles iam lá e arrumavam de um particular, não é? Então, alguns regionais começaram a falar assim: "A gente podia dar um jeito de atender a população de algumas cidades." E o Roberto, em Belo Horizonte, que era o regional, ele resolveu fazer uma experiência em Diamantina. Fez uma pesquisa salarial, ou seja, de situação econômica e social da população, e propôs um programa que chamou Programa de Obras de Emergência, que se repetiu aqui em



Goiás, com a Belmira, a dra. Belmira, que era a regional, e que aconteceu com o Dimas depois, em Ouro Preto. Ele fez não só isso como ele fez também uma vistoria, em acordo com a prefeitura, de toda a parte elétrica, para evitarem incêndio. Quer dizer, na Praça Tiradentes tinha assim, uma casa que tinha lá a tomada para uma lâmpada, virou um botequim qualquer lá, e você põe lá três máquinas de fazer sanduíche e vira um pré-incêndio. É um pavio, não é?

Então, para esse tipo de trabalho, você fazer para uma casa de pessoas privadas, a gente saiu para o esquema de dizer: "É uma necessidade, o patrimônio é mais importante. As pessoas não têm dinheiro, então nós estamos ajudando não a coisas que sejam de embelezamento, mas de preservar volume, estrutura etc." Então, a gente começou a financiar esse tipo de trabalho. E funcionou muito. Para a população de vários lugares se conseguiu fazer com que todas as casas que tinham algum problema e que a população não tinha dinheiro, era de baixa renda, fizessem um trabalho de escoramento, de troca de parte do telhado e tal. Como é que nós conseguimos isso? Em todas as obras contratadas pelos estados, e algumas pelo Iphan, com as empreiteiras, nós pusemos uma cláusula no contrato de que todo o material de desmonte não aproveitado tinha que ser entregue a um local qualquer, um depósito. Porque o que estava acontecendo e a gente descobriu? Você pegava uma viga enorme, como um negócio desse tamanho, numa igreja, e a ponta dela apodreceu, eles trocavam aquela viga, pegavam aquilo e vendiam. Eles tiravam aquilo e vendiam, ganhavam dinheiro. Assoalho que trocava, assoalhos de pinho-de-riça, você estava vendendo aquilo a preço muito caro. Então, nós obrigamos as empresas, fiscalizado pelo Iphan, de que tudo aquilo que fosse trocado na obra de restauração ia para um depósito e o Iphan selecionava. E com esse material a gente fez esse trabalho.

Então, a gente gerou depósitos de material de construção para reposição e ia atendendo a população de baixa renda. Então, sempre que a gente podia a gente tinha alguma coisa que tinha um lado para atender um lado social, que era a população que morava nesse lugar. Inclusive, em alguns lugares, no caso de Olinda isso era típico, mais o caso de Pelourinho, a gente tinha consciência que qualquer coisa de melhoria um dia aquela pessoa venderia e ia para a periferia de novo. Aconteceu até em Brasília isso, não é? O pessoal daqui foi morar lá e vendeu... O pessoal que veio... motorista que veio para cá, para as quadras 400, ou alugava e ia morar em Itaguatinga, e tinha um salário melhor com o aluguel, ou vendeu. A gente sabe que essa população se desloca. Aconteceu em Paraty, aconteceu em tudo quanto é canto. Mas a gente não queria que acontecesse de uma hora para outra. A gente não podia evitar. Nós não estamos num regime de controle total das coisas então, obviamente, isso teria que acontecer. Mas tudo que a gente podia fazer era fazer com que a população se mantivesse no local sempre que possível. Então, todo o trabalho era nesse sentido, você fazer as coisas para que a população continuasse. Inclusive porque não é só o prédio. O Pelourinho é típico, você tem uma atividade cultural desenvolvida por aquela população, seja de artesanato, seja de canto, de samba ou do que seja, mas, se você tirar aquilo e mandar o pessoal para a periferia ou tornar aquilo um centro de atra...

[FINAL DO ARQUIVO 2-A]

H.A. – Essa era uma tônica. E no material que depois eu vou passar para vocês por cópia ou com o que eu tenho já de cópia, mas eu passo, tem alguns lugares que a gente explica isso, qual era a nossa postura com o lado social. A outra coisa é a incorporação do meio ambiente. Quer dizer, a posição que a gente passou a adotar em um certo momento, já aí é passos, não podia fazer isso no princípio. Mas era uma coisa que tratava do patrimônio ambiental urbano. Olinda é uma cidade que foi inscrita no Patrimônio da Humanidade como paisagem e cultural por quê?

Porque você não vai tirar aqueles coqueiros que tem lá, você não vai tirar... Você tem que preservar com aquilo, não é? Então, a gente começou a tratar isso de uma forma que o planejamento urbano tinha que ter esse tipo de preocupação. É óbvio que o programa não tem que financiar ou não financiar isso, e já não era nem... já estávamos inclusive na Pró-Memória, mas que isso fosse uma preocupação. Ao receber qualquer dinheiro para um plano, que contemplassem no plano essa preocupação, com saneamento, com a parte urbana. E a justificativa em alguns casos, como no caso do Pelourinho, como no caso de alguns estudos no Rio de Janeiro ou em cidades como até Paraty, é que você manter a população ali era mais barato do que transferi-la para algum outro lugar. Por quê? Porque você ali já tem infraestrutura urbana, você já tem transporte, as pessoas estão por ali. Se você tirar aquela população dali ou deixar que ela migre, o estado vai ser pressionado para ter, lá na ponta, uma necessidade de um terreno, de uma casa para essa população, de uma infra-estrutura urbana, de saneamento etc. Enquanto você tem uma série de casas desocupadas, quase ruindo. Se você restaura e põe aquela população ali, você mantém, vamos dizer, um ambiente cultural com uma dignidade de moradia para essas pessoas, aproveitando uma infra-estrutura que já foi feita para aquele tipo e aquela quantidade de pessoas naquele local. E isso é um negócio incorporado pela Caixa Econômica agora, nos seus estudos. E que tem muito a ver com o que a gente fez porque o Marcelo, inclusive, o Marcelo Brito, que trabalhou em Olinda, ele defendeu muito isso junto à Caixa Econômica. Você pega os textos da Caixa sobre o trabalho que eles estão pretendendo fazer nas cidades, eles têm esse tipo de preocupação. Fizeram seminários, inclusive, a respeito disso. É porque você tem um custo menor mantendo a população. É óbvio que quem está querendo mudar para lá ou quem está querendo especular com imóvel não gosta dessa ideia. Mas, enfim, eu não posso deixar de fazer por causa disso.

Falando em Caixa, a gente conseguiu também uma resolução da Caixa em que você poderia ter financiamento barato da Caixa para que você... Você, sendo proprietário e tendo recurso, você toma um empréstimo para restauração. Porque você tinha empréstimo para material de construção civil, tinha empréstimo para compra de casa e tinha empréstimo para reforma. Então, nós conseguimos uma portaria específica da Caixa para obras. O Joaquim Falcão tem a casa dele restaurada nesse jeito, ele tirou um empréstimo para uma casa em Olinda que ele tinha. Então, tem muita gente. Aconteceu isso. Então, sempre que tinha uma possibilidade em algum lugar a gente levava a ideia, discutia etc., a partir de todo um projeto que a gente começou pequeno lá no Nordeste e que evoluiu, até conceitualmente, e que tentava vender isso. Um pouco de, como dizia o Silva Telles, o pessoal que trabalha no Patrimônio tem que ter vocação para sacerdote e vocação para professor, magistério, não é? São duas qualidades que são fundamentais para você ser uma pessoa para trabalhar no Patrimônio, não é? E eu acho que há um certo momento em que você tem que ter capacidade... A outra qualidade seria você ser mártir, não é? [risos] Mas ele brincava com esse negócio, em alguns momentos você tem que ser mártir.

L.L. – Outra coisa que eu lembrei é o seguinte: você lembra de alguns nomes que você ache importante a gente ouvir também?

H.A. – Olha, para contar... Do programa, especificamente? Não, não é? Dessa área. De tudo.

L.L. – Da sua área. Da sua experiência toda. Quer dizer, você tem uma visão de tudo isso que aconteceu que a gente está...

H.A. – É claro que, no conjunto geral, falando mais amplamente, em termos de conceito e isso tudo, você tem quem analisou, você tem Cecília Londres, que vocês conhecem, que têm já a tese, a Márcia Sant'Anna, tem uma tese, inclusive, que é diretora hoje da parte de material do Iphan. Ela tem uma tese que fala muito no programa. Agora, você tem pessoas que trabalharam e eu acho que têm o que dizer. Você tem o Roberto Moreira, que foi chefe do gabinete do Aloísio e foi chefe do gabinete do Marcos Vilaça também. Chama-se Roberto Sábado Moreira. De origem ele é... Ele fez Jornalismo, depois fez Ciências Sociais. Ele está na Universidade de Brasília e mora aqui. É uma pessoa que tem um volume enorme também de informação documental sobre essa história lá. Ele escreve muito bem, é uma pessoa muito... Eu acho o Roberto uma pessoa muito interessante nesse aspecto. Você tem o Quintas, não é? José da Silva Quintas, que está no Ibama, que é uma pessoa do CNRC que trabalhou com aquele programa Interação, Educação e Cultura. Foi quem coordenou o programa a nível nacional. Ele está no Ibama hoje.

Voltando, quando eu imaginei a gente registrar isso, até a própria Unesco pediu essa experiência do programa, especificamente, a gente teve dois caminhos: um era fazer uma estrutura e dizer "Fulano escreve sobre isso etc. e tal", o outro era assim, você pegar gente do município e do estado, de dentro e de fora do programa etc., e pedir às pessoas para dizer "qual é a sua visão sobre esse trabalho?" Então, eu não consegui publicar nenhum dos dois. Então, eu vou te dar nome de gente, por exemplo, que poderia falar alguma coisa do programa e que tem opiniões contrárias até em alguns momentos, dizendo que o programa era autoritário e coisas desse tipo. O Angelo Oswald é um, que é o secretário, hoje prefeito. Se você perguntar, seguramente ele vai repetir, algumas vezes eu o ouvi falando, que o programa era muito impositivo e muito autoritário etc. Tem o Mário Mendonça, na Bahia, que era do Patrimônio lá, que eu acho que é importante. O Paulo Ormino, que teve financiamento para fazer suas pesquisas. Eu não sei qual seria a opinião dele, mas ele conhece. Ele trabalhou nisso e conhece o que aconteceu na Bahia. Ele é uma pessoa, inclusive, dentro da Bahia, que, aparentemente, tem algumas oposições, mas é uma pessoa capaz. Muito capaz e muito preparado e tem um trabalho muito bom de inventário. Ele fez um... era um inventário dessa área feito pela Secretaria de Indústria, Comércio e Turismo. Você tem... Bom, no Rio tem o Ítalo, o Ítalo Campofiorito, que trabalhou uma época. Ele conhece, ele estava no processo. Você tem... Bom, obviamente, tem o Irapuan, com que vocês vão conversar, o Armando Cunha... Aí você tem o lado organizacional. Eles são muito importantes nesse processo todo. Os dois pelo menos, e os outros que estavam com ele. O Silva Telles nem se fala, não é? Aliás, o Silva Telles precisava ter um trabalho no CPDOC, pela história dele, pela trajetória. É uma pessoa... Ele largou uma empresa de construção, ele era arquiteto, fez concurso para o Patrimônio, foi ganhar menos e tal, por idealismo, e tem uma história e um conhecimento da história do Iphan que eu acho que é... Hoje, tem o Kurtz, no Rio Grande do Sul, tem ele, o **Sayad** morreu, o Roberto morreu, o Airton morreu...

L.L. – Ele está muito velhinho?

H.A. – Não, ele continua produzindo.

L.L. – É?

H.A. – Nossa! Ele escreve. Toda hora tem coisa feita para a Fundação Moreira Salles. Ele é do Conselho do Rio de Janeiro, do Patrimônio do Rio. Ele foi até há pouco tempo do próprio

conselho do Iphan. O Silva Telles mora em Palmares, perto de Paty do Alferes. Mas ele desce muito. Eu tenho falado isso com o Iphan. O Iphan tem um projeto de história oral que eu tenho sempre indicado muito pessoal, eles não tem feito mas eu acho que essa é uma história que o pessoal... Tem uma classificação, não é? Tem a fase heróica, tem a fase... Tem várias coisas já escritas por aí. E o Silva Telles tem essa memória toda. Ele é um cara está aí desde... O Silva Telles está desde... Ele estava... ele é da época de Rodrigo ainda. É da época de Rodrigo. Ele pegou todas essas pessoas. Conhece e conviveu com todos: Lúcio Costa, o pessoal todo que andou lá por dentro e tudo. E existe muita coisa. Tem muita coisa que ele conhece e que ele não... Ele está escrevendo sobre arquitetura brasileira, sobre o período mais recente, que é pouco escrito. Além do mais, conceitualmente, é uma pessoa incansável no estudo. Eu já vi o Silva Telles peitar o Niemeyer, lá em Ouro Preto, e o Niemeyer falou: "Eu estou de acordo com você." Isso é dele. É uma pessoa assim, de argumento e de coragem. Muita coragem. Como o Airton. O Airton, que morreu. O Airton interrompeu um governador uma vez para dizer: "Você está loteando o Parque dos Guararapes que é a história de Pernambuco." O cara ficou assim... Ele falou assim: "O senhor me dá um tempo aí que eu vou trazer a planta aqui e vou lhe mostrar." Trouxe a planta e saiu o parque. O Parque dos Guararapes foi feito assim, ele interrompeu o governador. Eles eram muito corajosos. Muito corajosos todos. Então, deixa eu ver se tem mais. Eu vou ter que pensar mais. Mas esses aí eu acho que eles poderiam. São pessoas que tem posições sobre o assunto e acompanharam essa história. Eu não me lembro assim, de pronto mas eu, lembrando, eu passo para vocês.

L.L. – E, se tiver algum documento... Eu ouvi várias vezes você dizendo assim: "Vamos tirar cópia disso."

H.A. – Eu vou te mostrar.

L.L. – Acho que podemos desligar. Ou não, você quer...?

H.A. – Não, não tem... Aliás, tem uma porção de coisa que eu nem devia ter dito.

#### [INTERRUPÇÃO DE GRAVAÇÃO]

H.A. – É que a gente exigiu que toda obra tivesse uma memória da restauração. Então, durante muito tempo, escolhia-se uma saleta onde você tinha um trabalho de mostrar como foi a restauração. A pessoa chega lá e vê aquilo lá tudo limpo e maravilhoso, "Agora, vê como é que estava.. Está aqui a foto desde o início, a foto do que aconteceu. Depois, o que foi encontrado." A gente exigia uma pesquisa de arqueologia antes, de arqueologia histórica.

L.C. – Mas esse material ficou com o Iphan? Como é?

H.A. – Esse material ficava no prédio. O que aconteceu é que depois, como não se preocuparam muito com isso, muitas vezes essas coisas foram retiradas para ocupar o espaço com outro tipo de atividade e não se exigiu mais. A gente tinha uma plaquinha própria que marcava a obra. E tinha a obrigação prévia de fazer um projeto de arqueologia histórica. E com isso a gente conseguiu muito material. Até para o próprio museuzinho da sala de **móveis**. E tinha lá as fotos todas etc. Isso foi desmanchado. Muita coisa pode ainda ter, eu não sei, mas a história do prédio foi contada desse jeito. Era uma obrigação. Era financiado pelo programa, inclusive. Então,

you already installed the building with this... inaugurated with the hall. And the church itself was made like this, the buildings, the Forte de Cinco Pontas had and various others.

L.C. – You have even a pedagogical touch, of you learning from the experience...

H.A. – Show. Exactly.

L.C. – ...of what you recorded and show for the next, right?

H.A. – Exactly. And this archaeology was important for the definition of the project because you, many times... You made a project and, when you chipped the wall, there appeared a detail that you said: "What is this detail here?" Sometimes a door frame or something like that. "Ué, but what detail is this? How was it? Why is there a door? Why is there a beam" Or you found something anyway. In many excavations, excavations on the floor, there appeared pieces. In the region of Olinda itself there was a lot of money, a lot of pieces of Dutch pipes, there was a lot of things. Then, this was very important, because you helped with the restoration, up to that... for you to register that that was already different. Or there was an increase that you didn't have a historical record of that increase. Then, these things happened. And this detail was very important. Everyone who was going to visit was there, "look, here is the photograph". Then, this photographic material of the work of this job, probably be found with the states, right? Basically, the people don't have. What they have... If you get a case of these, you have photos that the archive has. Are archives that have photos that we asked to take and have a photo that... Have my photo, inclusive, here, that are... Photos of Paraty here that João Leite... This here was João Leite who conducted. But I don't know if you have material. Now, in the archive of Iphan there is a lot of things, right? You see, this here was done by initiative of the own Ministry of Planning.

L.C. – This is a magazine of the Ministry?

H.A. – Yes, this magazine is of the Ministry. There are four copies. Three numbers in a series. You see, this here is number 27. This here is number 1. Number 1 of the magazine of... *Planejamento e Desenvolvimento*, year 1, has a big article. The first article, even when it was starting, the installation in the Northeast. It is the announcement of the program. It was the first. After, you have here, year 3, came this, already the program running well, right? You see, this here, already work, inclusive, that is... "Brazil restores monuments". It is with the progress of the project. And this here, that is the one that has the cover, that is the most complete of all here, it brings this cover, that is a special that came inside the magazine, that is year 4. Of 77, this here, is it still running? It was running the program. This here, of 75...

L.C. – In reality, in 73, it is the launch of the program.

H.A. – In 73, it was the launch. And this, of 75, it was at the moment when the people already were with the project new, already evaluated, and here already was running. And this here, curiously, by chance, doesn't have a date. And I don't know how to say. It was a convention of the Unesco. It was distributed. There were made 3 thousand copies and Iphan until... I tried to get. This I will get the own copy for you because there is a package still big that I saw a little time ago in Iphan. Here there is a history. Here there is until... I think that you have the record of a statistical

aqui, que não é a última, do número de obras: 80% mais 500 milhões... Tem um lugar aqui que fala. Aqui, formação de recursos humanos, cooperação técnica... Fala em dinheiro só. Em algum lugar tem. Ah, está aqui. A gente fez uma contagem...

Ah, tem um negócio interessante: o governo tinha uma proposta, aqueles programas, o programa do Nordeste, o programa de desenvolvimento do Nordeste, o programa de desenvolvimento do Centro-Oeste, ele tinha um sistema de controle, feito pela Secretaria de Orçamento, especialmente, do Planejamento, que era um controle que era físico-financeiro. E tinha uns gráficos. Chamava Grafi. E tinha uns gráficos de performance: o projeto andou bem, não andou bem. Então, todos os projetos desses programas eram analisados em termos de programa físico-financeiro. Então, tinha uma curva, tinham 45 graus, e o projeto aparecia, se ele estava com mais ou com menos, se gastou menos dinheiro do que era previsto, se ele andou mais depressa ou não. E ele **mantém** dentro desse programa aqui. E a gente tinha, disparado, a melhor performance de quase todos os programas do governo.

E, uma coisa que eu não falei, uma coisa que o Iphan não preocupava muito em ter era tratar o assunto urbano. Você tinha assim, a restauração do prédio, do entorno. Às vezes uma coisa pequena. Mas tratava do plano urbano, porque Ouro Preto veio, ele tratava do plano, mas você não tinha... até hoje não tem um Departamento de Planejamento Urbano ainda. Mas nós fizemos um acordo com a CNPU, que é a Comissão de Política Urbana do governo. Inclusive, por causa disso até teve um grupo, eu acompanhei. A gente fez dois estágios no... dois programas de... participamos de seminário na Alemanha e teve uma viagem com gente do estado e do município e federal. Nós visitamos umas vinte e poucas cidades, na Alemanha, com programas de restauração. Pegamos um carro lá, financiado pela GPZ... E esse projeto de cooperação Brasil-Alemanha, a avaliação que ele fez dos projetos urbanos, esse projeto era o projeto melhor, o de melhor resultado. Assim, comparando com os objetivos. Ele não era em tamanho, eles tinham coisas muito grandes.

Então, essa ideia de juntar o pessoal da área urbana foi muito importante em alguns momentos em que a gente precisou de trabalhos de planejamento urbano etc. E a CNPU foi muito eficiente. Hoje, o diretor do BID aqui é um cara que foi consultor nosso. A gente trabalhou junto e viajamos juntos. O Waldemar Wirzig é o cara do BID aqui em Brasília. Então, essa relação com o urbano e com o meio ambiente também foi importante em um momento qualquer que a gente sentiu a necessidade.

Agora, voltando ao que você perguntou, o negócio de fotografia, o que tem que... O Iphan tem muita foto, não é? Foto desse tipo, não é? O que eu posso te dizer que eu tenho é de Diamantina porque eu fiz o projeto de planejamento urbano lá, eu coordenei, para fins de levar o dossiê para a Unesco. O projeto da Unesco foi... o acabamento e a formatação final, foi do Iphan mas eu coordenei o projeto inteiro: pesquisa da... Fiz todas as verificações em todo o município, fizemos o plano urbano, fizemos a legislação, fizemos todo um trabalho. Apresentamos todas as plantas, o mapeamento, tudo. E, no final, ainda estivemos junto com o Iphan e eles formataram aquilo para a Unesco. Então, eu tenho, de Diamantina eu tenho muitas fotos aéreas que são muito bonitas. Tenho muita coisa.

L.C. – Não, a ideia é, se você tivesse alguma coisa que você considerasse interessante de registro, ou com as pessoas ou de...

H.A. – Não, registro de coisa...

L.C. – É, de momentos importantes.

H.A. – Então, eu tenho...

[FINAL DO DEPOIMENTO]